

UMA VISÃO COMUM SOBRE O PROBLEMA DAS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO

Analise e propostas do movimento ecologista ibérico para solucionar os conflitos sociais e ambientais das plantações de eucalipto.

10 de Março de 2011- Tradução português 2012

1. Uma visão comum sobre o problema das plantações de eucalipto

No ano 2005, foi apresentado publicamente “uma visão comum para transformar a indústria europeia do papel”¹, documento assinado por uma larga representação de organizações ecologistas e sociais europeias que tinham como ponto comum as exigências à indústria papelreira europeia. Entre essas exigências, o movimento ecologista reclamava uma “Europa que reduza radicalmente o seu consumo de papel”, e que “a produção de papel na Europa se faça a partir de fibras provenientes de origens responsáveis e sustentáveis, que ofereça emprego, tenha impactos sociais benéficos, não origine conflitos e que seja justa”.

Mas para que estes requisitos possam ser realidade temos que acabar com a conflituosidade que geram as plantações de eucaliptos na península Ibérica.

No Ano Internacional das Florestas, o movimento ecologista ibérico quer apresentar às administrações públicas e ao sector do eucalipto uma proposta de solução para deter este conflito e poder unir esforços, junto da indústria e dos proprietários, a favor dos produtos florestais com origens social e ambientalmente responsáveis.

As propostas não são novas, já que não é a primeira vez que o movimento ecologista ou a comunidade científica defendem um ordenamento racional do sector e uma melhoria das práticas florestais nestas plantações.^{2 3}

Como já propusemos num manifesto em 2004, o movimento ecologista quer evitar posições irredutíveis a favor ou contra o eucalipto. As nossas exigências assinalam um caminho para onde se devem encaminhar o sector e o futuro das superfícies ocupadas pelo eucalipto.

¹ Uma visão comum para transformar a indústria Europeia do Papel. Documento acordado na reunião do Movimento Florestal Europeu (FME) em 2 de Outubro de 2005.

<http://www.environmentalpaper.eu/wp-content/uploads/2012/08/eepn-commonvision.pdf>
Para a versão em castelhano e catalão: <http://www.ecoedicio.cat/?p=132>

² A Eucaliptização em Portugal. Análise da Situação e Propostas de Resolução. Documento de AGROBIO, APB, GEOTA, GUEA, LPN, QUERCUS. Lisboa, 1989.

³ Manifesto para a regulação do cultivo de eucaliptos na Cantábria, assinado por 14 organizações ecologistas, sociais e sindicais, em Julho de 2004.

2. A importância do eucalipto na península ibérica

Devido a mais de meio século de apoio institucional, o sector económico dedicado ao cultivo do eucalipto e à fabricação de pasta de papel a partir da sua celulose é muito importante em Espanha e Portugal. Proprietários, leiloeiros, madeireiros e fábricas de pasta e papel da Andaluzia, Galiza, Astúrias, Cantábria e a província de Biscaia, assim como em Portugal, são relevantes no tecido industrial e também na dinamização do meio rural e do sector florestal.

O cultivo do eucalipto ocupa na península Ibérica à volta de um milhão e meio de hectares em povoamentos puros ou mistos. Na Andaluzia e Extremadura a superfície diminuiu na última década, mas em Portugal e em noutras regiões o planeamento florestal não foi capaz ou não quis delimitar como e onde se pode continuar a plantar eucaliptos. A envolvente do Parque Nacional de Doñana, o interior da Galiza ou a média montanha das Astúrias ou Cantábria continuam a ser ocupados ou correm o risco de ser afetados por estas plantações. Além disso, o eucalipto mostra uma significativa capacidade invasora, sobretudo depois dos incêndios, que favorece a sua expansão.

O sector está a exigir atualmente novos e melhores solos para o cultivo do eucalipto, desta vez com plantas melhoradas em forma de "super-árvores" com maiores crescimentos e rentabilidades, e com promessas de reduzir a superfície ocupada. Ao sector já não lhe interessa os terrenos menos produtivos, de difícil mecanização, cujas revoluções estão esgotadas, ou estão afetadas por pragas e doenças que causaram um grave prejuízo aos produtores. Esta nova situação gera uma deslocação do eucalipto em direção a novos espaços. Além disso surgiu uma nova procura de solos agrícolas para a plantação de eucaliptos para a sua utilização como biomassa.

3. A conflituosidade das plantações de eucalipto

Este sector económico tão relevante é também fonte de conflitos. O cultivo do eucalipto continua a ser um problema para a conservação da fauna e da flora, para a conservação dos recursos do solo, para a gestão dos recursos hídricos, para os espaços protegidos e para o correto ordenamento do território.

O problema não é o eucalipto, são as políticas públicas (ou a ausência delas) que resultam em modelos de gestão do território pouco racionais. Apesar da origem e do repúdio /exaltação que o eucalipto gerou em alguns agentes sociais e económicos, o problema, a questão ou o debate sobre o eucalipto não é hoje uma confrontação entre posições irreduzíveis a favor ou contra esta árvore.

A "questão do eucalipto" é na realidade um conjunto de problemas associados à falta de planeamento e regulamentação das plantações de eucalipto, carências que se vêem refletidas em:

- Impacte ambiental negativo resultante do modelo de gestão intensivo destas plantações, com problemas graves no caso da preparação do terreno para terraços.
- A presença e a expansão da superfície ocupada pelo eucalipto dentro dos espaços naturais protegidos ou em habitats de espécies incluídas em algum dos livros vermelhos.
- Os fatores ecológicos limitantes dos ecossistemas para acolherem mais plantações de eucaliptos.
- As dificuldades dos instrumentos de planeamento (planos florestais, de uso do solo, territoriais, de ordenação dos recursos naturais, etc.) em levar à prática as suas propostas.
- A grande diferença da política florestal à volta da produção de pasta de celulose versus a marginalização do sector da serração.
- A proliferação de pragas e doenças procedentes da Austrália e o seu impacto na produtividade do eucalipto.
- O desajustamento entre a oferta e a procura de madeira de eucalipto.
- O estancamento do preço da madeira de eucalipto em Espanha e Portugal por causa do carácter cíclico do mercado do papel, das importações e da redução do consumo.
- A nova procura do cultivo de eucalipto para biomassa.

Os malefícios do eucalipto não são imputáveis a esta árvore, mas sim às deficientes técnicas de planeamento, rearboreização, silvicultura e exploração, ou seja, à espécie humana. E às expectativas geradas desde a indústria ao pequeno proprietário sobre a sua alta rentabilidade, mas que tem por sua vez resultados duvidosos.

4. Propostas

Diretriz n.º 1. Fixar um limite de ocupação do território baseado em critérios científicos e técnicos.

O planeamento florestal é uma das exigências que conta com maior consenso entre os especialistas na matéria. E a comunidade científica, o movimento ecologista, a administração florestal e uma parte do sector industrial ressaltam a necessidade de fixar um limite de ocupação do território por parte do eucalipto.

Depois de décadas de permissividade, apoio institucional e subvenções com fundos comunitários públicos, o eucalipto ocupa hoje uma grande extensão na península Ibérica. Muitas destas superfícies destinadas à plantação de eucaliptos não são viáveis para a produção de madeira destinada à indústria, devido à sua pequena dimensão, à falta de interesse dos proprietários, à aridez do clima, à falta de fertilidade dos solos e/ou à ação de algumas das pragas e doenças que afetam o eucalipto. Além disso, devido à sua capacidade natural de expansão, o eucalipto ocupou de maneira “espontânea” zonas adjacentes às plantações, matas ribeirinhas e manchas de vegetação atlântica. O seu carácter invasor, favorecido além disso pelos incêndios florestais, está a provocar um aumento da superfície florestal dispersa com a presença desta espécie.

Nas principais comunidades autónomas espanholas produtoras de madeira de eucalipto já se alcançou o tecto sugerido pelos especialistas ou as previsões feitas pelos documentos de planeamento florestal.

- **Medida n.º 1.** Os instrumentos de gestão do território (Planos Florestais, Planos Municipais, etc) devem estabelecer os limites físicos e a área máxima que devem ocupar as plantações de eucalipto. No caso em que o planeamento florestal estabeleça que já se chegou ao limite da superfície ocupada pelo eucalipto, o planeamento estabelecerá como evitar as novas plantações de eucalipto, e nesse caso, proporá cenários de restauro e reconversão da superfície excedida.
- **Medida n.º 2.** O planeamento florestal deve ser realizado com o máximo de participação social, integrando o maior diversidade de interesses sectoriais, incluindo especialistas em ordenamento do território, conservação da biodiversidade, conservação do solo, etc. Esse planeamento deve promover uma integração efetiva das funções ambientais, sociais e económicas do espaço florestal e a diversificação da produção florestal.
- **Medida n.º 3.** No caso do planeamento florestal autorizar novas plantações, contemplar-se-á de forma prioritária a permuta de terrenos (no caso de plantações em espaços protegidos), o agrupamento de proprietários, a obrigatoriedade de uma gestão adequada e a restauração dos terrenos permutados.
- **Medida n.º 4.** O planeamento florestal deverá estabelecer as condições para as novas plantações de eucaliptos destinadas à biomassa, que deverão ocupar terrenos agrícolas, de preferência abandonados, e em todo o caso, estar longe da área de influência dos espaços naturais protegidos, habitats de espécies incluídas nalgum dos livros vermelhos ou elementos naturais com especial importância hidrogeológica.

Diretriz n.º 2 – Respeitar o planeamento florestal, as estratégias e os planos de ordenamento do território e a legislação ambiental.

Para a resolução do conflito e a melhoria da sustentabilidade das plantações de eucalipto é fundamental que tanto as administrações públicas como o setor privado cumpram a legislação vigente, aceitem o necessário planeamento do território e entendam a necessidade de uma política florestal que diversifique a produção e fomente a multifuncionalidade dos espaços rurais.

- **Medida n.º 5.** Adaptar a legislação de avaliação de impacto ambiental para que todas as plantações de eucalipto, incluindo as realizadas depois do arranque de cepos de uma antiga plantação, sejam submetidas ao procedimento de avaliação de impacto ambiental quando a sua superfície seja superior a 25 hectares. No caso de plantações antigas de eucalipto, devem ser negadas as solicitações de plantar mais eucaliptos na proximidade

das zonas de interesse cultural, em zonas próximas de nascentes, fontes e pontos de água ou zonas com encharcamento temporário.

- **Medida n.º 6.** Reforçar a capacidade da administração florestal e ambiental para o seguimento e controlo da aplicação de todas as normativas referentes às plantações de eucalipto.
- **Medida n.º 7.** Resolver com diligência as denúncias e expedientes administrativos abertos pelo incumprimento da regulamentação administrativa e normativas legais.

Diretriz n.º 3. Proibição de novas plantações em espaços naturais protegidos e eliminação progressiva das existentes.

- **Medida n.º 8.** Não se autorizarão novas plantações de eucalipto em espaços naturais protegidos (Áreas Protegidas, Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000) e noutros espaços de interesse para a conservação de habitats ou espécies ameaçadas.
- **Medida n.º 9.** O planeamento florestal incluirá nos orçamentos anuais verbas para a retirada progressiva ou a substituição destas plantações, mediante a permuta ou compra de terrenos, ajudas diretas à substituição de espécies, dando prioridade às localizações com grande impacto ambiental ou com menor interesse produtivo. Os planos especificarão medidas, orçamentos, prazos e objetivos quantitativos.
- **Medida n.º 10.** Naqueles espaços protegidos onde existam plantações de eucalipto, o corte final, remoção de cepos e nova plantação estará fortemente condicionada à adoção de novos métodos e critérios que dêem prioridade aos objetivos de conservação e proteção do solo e da paisagem face aos objetivos de produção.
- **Medida n.º 11.** Devem ser proibidas as plantações de eucaliptos em localizações e propriedades dentro de áreas florestais ocupadas por bosques de espécies autóctones em bom estado de conservação.

Diretriz n.º 4 – Estabelecer diretrizes de gestão específicas com indicadores para reduzir significativamente os impactos negativos do modelo de gestão dos eucaliptais.

- **Medida n.º 12.** Os projectos de ordenamento, planos de gestão e avaliações de impacto ambiental deveriam integrar novos desenhos de plantações mais estáveis que incluam os seguintes aspetos:
 - ✓ Respeitar e manter os exemplares e bosques de vegetação natural existentes, tanto nas matas ripícolas como nos limites da plantação.

- ✓ Promover a criação de povoamentos de floresta natural e de outros habitats (prados, afloramentos rochosos, matagais), aproveitando a diversidade espacial existente, como barrancos, afloramentos rochosos, nascentes, corta fogos, etc.
- ✓ O desenho da plantação e a sua gestão deve procurar a criação de descontinuidades na massa florestal, a criação de espaços ou corredores que sirvam como passagens ecológicas, especialmente mediante a recuperação e a conservação em bom estado das matas ripícolas.
- ✓ Evitar as plantações formadas por superfícies contínuas e geométricas, como forma de reduzir o impacto visual e ambiental, favorecendo as estratégias contra os incêndios florestais e criando corredores biológicos.
- ✓ A partir de uma superfície viável, diversificar a plantação, promovendo a utilização de espécies florestais nativas com objetivos de produção e/ou conservação (castanheiro, cerejeira, bétula, pinheiros autóctones, sobreiro, carvalho, etc.).
- ✓ Para evitar o efeito prejudicial dos temporais ou ser afetado por pragas e doenças florestais, o desenho da plantação deverá encontrar uma diversificação de tipos de idades.
- ✓ Quando se utilizem clones, procurar-se-á evitar as plantações contínuas dum mesmo clone superiores a 10 ha.
- ✓ Evitar os cortes rasos anuais superiores a 10 ha em terrenos com inclinação superior a 20%. Em qualquer caso, condicionar o tamanho do abate em função da erosão do terreno e do regime de precipitação.
- ✓ Manter os resíduos de corte nas plantações, triturando-os e espalhando-os uniformemente sobre a superfície, com o objetivo de manter a fertilidade do solo e protegê-lo da erosão. Proibir o uso do fogo como ferramenta de gestão florestal, especificamente na eliminação dos sobrantes da exploração.
- ✓ Evitar os corta fogos muito visíveis e perpendiculares em curvas de nível, substituindo-os por áreas de corta-fogo que não tenham o solo despido.
- ✓ Aplicar métodos no combate às pragas que minimizem a utilização de pesticidas e apostem nos processos preventivos e na luta biológica. O uso de pesticidas será somente justificado em casos de emergência e com caráter curativo, minimizando ou melhor evitando totalmente os tratamentos preventivos.

Diretriz n.º 5. Fomentar e melhorar a investigação independente sobre gestão florestal aplicável às plantações de eucalipto na península Ibérica.

- **Medida n.º 13.** Estabelecer um grupo de trabalho com especialistas de diferentes disciplinas que avalie a técnica de terraceamento que se pratica no centro e no sudoeste da península, com o objetivo de propor modificações concretas que minimizem os impactos negativos desta técnica. Esses objectivos seriam:
 - ✓ Investigar alternativas de preparação do terreno que minimizem a degradação do solo, ensaiando as melhores técnicas que permitam a manutenção da qualidade do solo.
 - ✓ Encontrar alternativas à eliminação total da vegetação nos trabalhos de preparação do terreno.

- **Medida n.º 14.** Avaliar o impacto da extração de restos de corte (casca, ramos, folhas) para a sua utilização como biomassa, e a crescente procura energética. É particularmente relevante determinar a quantidade de nutrientes que se eliminarão do ecossistema se os restos de corte se retiram da parcela, e como essa diminuição afetará a produtividade dessa parcela.

- **Medida n.º 15.** Aumentar a investigação sobre o uso nas celuloses da madeira de eucalipto, hábitos que permitam que uma quantidade de plantações tenha períodos de corte superiores a 15 anos, repercutindo numa diversificação de produtos, uma redução na extração média de nutrientes do solo e uma melhor capacidade de acolhimento de biodiversidade nas plantações. Neste sentido, é importante desenvolver uma silvicultura de plantações de eucalipto destinada a madeira de qualidade que permita uma maior multifuncionalidade destas plantações.

- **Medida n.º 16.** Melhorar a metodologia utilizada para estimar a evolução do carbono armazenado nas plantações de eucalipto e nos seus produtos, metodologia que incluía no balanço global todos os fluxos de carbono edáfico resultantes dos processos de mudança de uso do solo, de preparação do terreno, de modelo de gestão silvícola, e dos diferentes métodos de eliminação dos sobrantes da exploração. Nesse sentido, deve-se avançar com a correta avaliação do balanço de gases de efeito de estufa neste tipo de plantações, tendo em conta também o azoto, já que a combustão da casca, ramos e folhas liberta quantidades que não são desprezíveis de óxidos de azoto (NOx).

Diretriz n.º 6. Utilizar a certificação florestal do FSC (*Forest Stewardship Council*) como uma das ferramentas possíveis para melhorar a gestão das plantações de eucalipto.

Existem organizações ecologistas na península Ibérica que não apoiam os sistemas de certificação florestal existentes actualmente, uma vez que por causa das suas falhas não está garantida atualmente uma gestão florestal realmente sustentável.

Outros grupos estão a apoiar ativamente o sistema de certificação do *Forest Stewardship Council*, conhecido pelas siglas FSC. Para estes grupos que apoiam o FSC, este sistema é inspirado na participação e no consenso entre os agentes interessados na gestão florestal, procura a transparência e tem procedimentos de reclamação e de resolução de conflitos. Por este motivo, O FSC constitui um dos foros onde poderia existir um entendimento entre o setor produtor de madeira de eucalipto e uma parte do movimento ecologista.

- **Medida n.º 17.** Discutir com o setor, no contexto do processo de revisão dos indicadores FSC para a gestão florestal sustentável, aqueles critérios e indicadores que harmonizem a produção de madeira de eucalipto com a gestão responsável dos recursos naturais.
- **Medida n.º 18.** A administração florestal nas diferentes comunidade autónomas espanholas e a administração portuguesa deverá apoiar os sistemas de certificação que, como o FSC, procuram o maior consenso social e participação, e possuem a capacidade de canalizar a conflituosidade do setor do eucalipto e de procurar consensos e compromissos entre todas as partes.

Diretriz n.º 7. Não autorizar o desenvolvimento de eucaliptos transgénicos.

As árvores geneticamente modificadas (transgénicas) pressupõem um grave risco ambiental. As condições para a biodiversidade, bem como o conjunto de riscos sanitários e socioeconómicos próprios de organismos geneticamente modificados fazem com que sejamos contra a sua liberalização, tanto nos cultivos agrícolas como nos florestais.

- **Medida n.º 19.** A administração florestal não autorizará plantações de eucaliptos transgénicos nas suas respetivas comunidades autónomas espanholas, assim como em Portugal.

Diretriz n.º 8. O compromisso da sociedade na redução do consumo de papel e energia.

O movimento ecologista está consciente de que a polémica dos cultivos intensivos destinados á fabricação de papel não está circunscrita a Espanha e a Portugal, já que em países em desenvolvimento (Brasil, Uruguai, Argentina, Índia, África do Sul, etc.) o cultivo intensivo para a produção de pasta de celulose ou combustível adquire magnitudes e graus de conflituosidade social e ambiental muito superiores aos da península Ibérica.⁴

⁴ Para mais informações, pode-se consultar a Web do Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales, WRM.
<http://www.wrm.org.uy/boletin/150/Brasil.html>,<http://www.wrm.org.uy/boletin/136/Uruguay.html>

Por esta razão é muito importante assumir que a diminuição dos danos sociais e ambientais associados às plantações de eucalipto na península Ibérica não se pode realizar à custa da “exportação” desses danos a outros países, por exemplo, da América Latina, cuja madeira de eucalipto, por transformar ou transformada, satisfaz já parcialmente a procura da península e do resto da Europa. Entendemos que as plantações de eucalipto têm lugar na península Ibérica de forma racional, seguindo as diretrizes expostas neste documento, e assim se contribui também na diminuição da pegada ecológica do transporte internacional da madeira e o seu cultivo em terceiros países, às vezes, debaixo de condições sociais e ambientais não desejáveis.

Como expressamos no manifesto “Uma visão comum para mudar a indústria papelreira europeia” de 2005, reafirmamos o nosso compromisso de diminuir a pegada ecológica da produção de papel em todo o mundo.

Por outro lado, e com vista às novas exigências no cultivo de eucalipto para biomassa e a utilização dos sobrantes da exploração para a geração de energia, entendemos que a resposta à crise energética desde Espanha e desde Portugal deve ser baseada tanto na expansão das energias renováveis com garantias pelo respeito ambiental como na redução do consumo energético.

- **Medida n.º 20.** As administrações públicas devem reforçar as campanhas destinadas a fomentar um consumo consciente de produtos florestais (que tenha em conta tanto a origem como os meios de produção), e a redução do consumo de papel, a sua utilização eficiente e o aumento da recolha seletiva e a reciclagem do papel.⁵
- **Medida n.º 21.** As administrações públicas devem reforçar as medidas destinadas à poupança e à melhoria da eficiência energética em todos os setores, com o objetivo de reduzir em termos absolutos o consumo de energia.

Organizações assinantes de “Uma Visão Comum”

Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza (ADEGA) - AEMS-Ríos con Vida – Asociación para la supervivencia de la Naturaleza y el Medio Ambiente (ANDALUS) -Asociación para la Defensa de los Recursos Naturales de Cantabria (ARCA) - Asociación para la Recuperación del Bosque Autóctono (ARBA) - Asociación Medioambiental Izate Ingurugiroaren Taldea (País Vasco) - Coordinadora Ecoloxista de Asturias - Ecologistas en Acción - Federación de Amigos de la Tierra - Greenpeace España- SEO/Birdlife - Sociedade Galega de Historia Natural (SGHN) - Sociedad de Ciencias Naturales de Sestao – Verdegaia - WWF España.
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza - Liga para a Protecção da Natureza.

⁵ Ao mesmo tempo, o movimento ecologista considera que se deve dar prioridade ao consumo do papel face aos materiais sintéticos mais contaminantes como embalagens ou sacos de plástico, isolamentos sintéticos, etc.